

O texto decisivo: para iniciar a leitura de “Construir, Habitar, Pensar”

Clive Dilnot*

Professor of Design Studies, Dept. Art and Design Studies, Rm 609, Parsons School of Design, New School University, 2w 13th St. New York NY 10011

Valéria Eugênia Garcia - tradução

Arquiteta e urbanista, doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (EESC-USP), Avenida Trabalhador Sancarlene, 400, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (16) 3373-9294, vgarcia@sc.usp.br

Manoel A. L. Rodrigues Alves - tradução

Arquiteto e urbanista, professor doutor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, Av. Trabalhador Sancarlene, 400, Centro, CEP 13566-590, São Carlos, SP, (16) 3373-9294, mra@sc.usp.br

O que se segue é essencialmente um prólogo a um trabalho mais extenso sobre o texto de Heidegger. O que mostramos aqui é apenas uma parte da pesquisa que trata das possibilidades de interpretação do texto heideggeriano. Trata-se de uma tarefa que pode ser avaliada como uma nota irrelevante de que em verdade o texto de Heidegger não é lido – se por “ler” significarmos algo mais que uma reprodução sem crítica, algo próximo ao trabalho de pensar o texto para além de suas próprias fronteiras, dos limites (e limitações) de sua percepção (e assim além dos limites de nossa percepção). Se o texto de Heidegger não é lido, então, como lê-lo em relação a um construir emerge como questão; como uma provocação ao nosso pensar arquitetura. Este o ato de ler é central, permite-nos interpretar, portanto, pensar e assim valorizar.

O texto decisivo

1. Um texto sobre o pensar – um texto sobre o construir

Podemos começar de forma simplificada argumentando pela significância do texto de Heidegger, da maneira como coloca em questão a própria condição, a peculiaridade até, da arquitetura em relação à sua obra e as condições pelas quais a arquitetura “é”, digamos assim, a própria condição de existência do trabalho arquitetônico.

E se isto é fundamental, pois abre em si a possibilidade de conhecimento adequado em arquitetura, podemos definir “*Construir, Habitar, Pensar*” como um texto decisivo para o conhecimento arquitetônico. A força de seu argumento é potencializada quando consideramos que poucos textos no corpo da filosofia, com a possível exceção de Bachelard em certos momentos de sua *Poética do Espaço*, ou algumas sentenças de Bataille em seus fragmentos críticos sobre arquitetura, são tão reveladores do trabalho potencial de construir. Raros, ainda, são aqueles que permitem uma indicação de superação das condições adversas que se fazem presentes tanto na prática como na própria autoconsciência da arquitetura.

Considerar um texto decisivo implica um ato de demarcação. No campo de conhecimento total de uma disciplina, algo se distingue, decisivamente, como essencial. O que é essencial neste caso, nas formas de demarcação acionadas e nos marcos conceituais trabalhados, é a forma como a estrutura de questionamento criada toca dois momentos de significância sensível para a arquitetura. Primeiro, entre e pelas relações dos três vocábulos do título (Heidegger é talvez o primeiro filósofo a interrogar esta relação: assim, seja qual for nossa avaliação de suas respostas, nesse parâmetro o texto em si nos chama à atenção) e, segundo pelo que Heidegger descreve como a “crise do habitar” contemporâneo.

* Clive Dilnot possui formação em Artes Plásticas e Teoria Social. É professor de Estudos sobre o Design na Parson School of Design e na New School in New York. Dilnot lecionou na área de história, teoria e crítica na Grã-Bretanha, quando em 1986 transferiu-se para a Universidade de Harvard para dar aulas de Artes Visuais no Carpenter Center somado ao curso de Teoria e Ética na Arquitetura da Graduate School of Design. Foi professor visitante na Universidade de Illinois em Chicago, na Rhode Island School of Design e em Sydney na University of Technology. Desde sua mudança para Harvard também ministrou cursos em Hong Kong, na School of the Art Institute of Chicago, onde também foi Diretor de Iniciativas de Design e na Parsons/the New School, onde foi professor nos cursos de Teoria do Design e de História e Compreensão do Presente. Dilnot participou de conferências e colaborou com instituições em vários países, possuindo uma extensa produção acadêmica sobre a história do design, teoria e poética, compreensão do objeto, estética, fotografia ... continua próxima página

... continuação nota anterior e recentemente sobre economia e sustentabilidade. Em suas publicações atuais destacam-se *Ethics? Design?* (Archeworks, Chicago 2005) e o texto para o Chris Killip's *Pirelli Work* (Steidl, London 2006). No momento sua pesquisa está focada nas implicações do Design, seu papel e suas possibilidades nos desafios e conseqüências da difusão do artificial como instrumento e horizonte em nosso mundo.

¹ Versão para *homelessness*, que também poderia ser traduzido como “a falta do lar que falta” (NT).

² Ou reificação, “coisificação” (NT).

É ao “responder” esta crise que Heidegger, como resposta ao aprofundamento do questionamento que esta reflexão induziu, cria um campo de trabalho reconstitutivo lançado em seu texto. Nele, o autor alcança para além dos limites de sua ambição (ou até de sua capacidade de abandoná-las) uma nova formulação no sentido do ser, formulação esta localizada, como veremos, em uma obra não-teleológica ou proposicional sobre um “construir-habitar”. Esta é a chave. Simultaneamente, para a filosofia, apesar de esta revolução estar ainda por nascer, mas também para a arquitetura. Para a última, este linguajar metafórico proporciona a possibilidade de pensar o campo de trabalho arquitetônico em um ato de significância original (“construir-habitar”) que descentra, mas *não de todo destrói* o projeto arquitetônico. E de fato, possibilita (potencialmente) sua recuperação fora da necessidade expressa pela condição de autonomia da arquitetura moderna (fetichização da arquitetura), inversão (a redução do “construir” as técnicas e simultaneamente a valorização da arquitetura), e o isolamento (a separação patológica da arquitetura e do construir em termos categóricos).

Podemos começar a elucidar e recuperar o texto focando os vocábulos do título, “Construir, Habitar, Pensar” que são simultaneamente um anúncio das bases iniciais do trabalho proposto e a chave para entender a força potencial do argumento de Heidegger. O texto, de fato, nada mais é que a elucidação do momento em que nos encontramos quanto à situação contemporânea articulada na estrutura destas relações. Isso quer dizer, a situação de ser forçado a confrontar (e agir sobre) as conseqüências do deslocamento da não-relação que ora existe entre os vocábulos do título. Tudo se aparelha neste ponto. Para Heidegger, a análise desta relação precisamente por sua ruptura, sua não-identificação no presente, transforma-se no caminho principal para apreender as formas de “habitar” de nossa cultura como um todo e a natureza desse construir-habitar. Por isso, o texto “Construir, Habitar, Pensar”.

A ruptura das conexões entre as expressões do título incorpora-se no engendramento de um presente histórico caracterizado pela perda das relações com o “habitar”, em particular pela falta de capacidade de compreender que esta perda de fato aconteceu.

Este é, pelo menos, o argumento de Heidegger. A este se remete que nossa desventura com esse “lar que falta”¹ é resultado direto da nossa falha em compreender a natureza dessa demanda - em outras palavras, da nossa falha em permitir que os vocábulos do título “escutem” (e assim atuem sobre, pertençam) uns aos outros..

“Habitar” é esse escutar. É nessa “falha em escutar” uns aos outros que o significado de “habitar” é obscurecido. Desta forma então, o construir-como-morar se eclipsa nas formas (históricas) do construir, detrás de seu nome e, de fato, em nosso tempo, detrás das formas gêmeas de cultivar e construir – *aedificare*. A primeira poderíamos traduzir como política-sem-habitar, na qual a atividade política falha em acionar os elementos verdadeiros de uma dada cultura. A segunda, usada em nosso tempo nas técnicas das práticas autônomas do construir, na ciência da construção, na “profissão” de arquitetura, na prática do desenvolvimento imobiliário e afins.

A demanda de Heidegger é essencialmente a seguinte: que em ambos os casos, seja no primeiro, em relação à erosão de uma relação orgânica do habitar, ou no último, no desenvolvimento de todas as técnicas que reduzem os fins aos meios, pelo fetichismo (inversão), autonomia (hipostatização²) e fragmentação, permitem que estas dominem e obstruam a natureza e a realidade do construir-habitar. Assim, perde-se a percepção, o conhecimento e o entendimento a tal ponto que apesar do “progresso” da racionalidade moderna, apesar de sua diferenciação, racionalização e divisão do trabalho aplicada ao campo do habitar, nós “esquecemos” ou obscurecemos a natureza de construir como habitar.

A demanda é precisa. Mas, mesmo assim, poderíamos perguntar: Ainda importa para a arquitetura? Não seria a arquitetura a prática dessa superação? Não é isso que professa a arquitetura como profissão? Não seria na exigência por habitações que asseguramos a legitimidade, *status* e trabalho arquitetônico em uma comunidade? Sem dúvida que sim.

Deste modo, sentimo-nos tentados a refutar, para a arquitetura, a demanda (implícita) de Heidegger. Apesar de tentador, apesar ainda de ser em si uma expressão da alienação arquitetônica, somos persuadidos a negar a centralidade desta

preocupação, de colocá-la à margem de um pensamento arquitetônico que teoricamente a transcende. Trata-se, de fato, de uma demanda crucial. Ela descreve com clareza o deslocamento da arquitetura, nosso deslocamento, e se da arquitetura, e assim nosso, a verdadeira marginalidade à cultura como um todo.

O que está perdido aqui, na arquitetura – mas a arquitetura não reconhece sua perda – é uma relação: a compreensão da relação entre Construir, Habitar, Pensar. Mas esta também é a relação determinante para, a condição para, a obra arquitetônica e sua compreensão. Desta forma, na interdição das relações entre Construir, Habitar, Pensar (e construir-habitar) encontra-se uma oclusão da arquitetura: a invisibilidade da arquitetura para si mesma. Na oclusão desta relação marca-se a contrapartida contraditória a sua evidente visibilidade e materialidade.

Esse desdobramento tripartido é chave. São os três degraus por onde se perde o “sentido” da obra arquitetônica. Colocando de forma mundana, mas ainda seguindo os passos desta interdição, a qual deve ser entendida apenas como momento da “construção enquanto cultivo”, a uma arquitetura que apaga, de maneira problemática, de sua consciência e, portanto, de sua prática os relacionamentos entre os termos construir, habitar e pensar. No entanto, se a arquitetura está peculiarmente suspensa na condição estrutural desses vocábulos (não sinônimos, mas intrínsecos), ela não pode ser pensada se a relação desses termos-em-relação não puder ser pensada. Por sua pretensão à autonomia, a forma como participa nesse esquema de relações de meios e fins, e pelo medo das infundáveis ambigüidades envolvidas nesta conjuntura necessariamente instável de uma arquitetura capturada por estas condições, a “Arquitetura” inverte sua relação entre os momentos do título e hipostaticamente declara-se independente destes de forma tão profunda que acaba por constituir-se – como expressão de identidade – em oposição a estes, e particularmente “em oposição” ao construir. Mas ao fazer isso a arquitetura define-se como uma condição impossível: um construir que não é ainda construir, um habitar que não é ainda habitar, um pensar que não é ainda cognição. Se essas distinções são portadoras de uma verdade – pois a arquitetura não é a elas idêntica – ainda é imensamente diferente a forma

como a arquitetura comumente pensa esta relação. Usando uma linguagem familiar: a arquitetura se posta de forma diferenciada a partir de cada um desses termos, não como uma distinção à, mas como uma complementação à. A distinção entre arquitetura e construir, entre arquitetura e pensar não é baseada numa diferença, e acima de tudo arquitetura não é, e não deveria ser diferente de habitar. Porém, é esta distinção que descreve as relações de autoconhecimento pelas quais a arquitetura, enquanto disciplina profissional, se coloca em relação a estes outros termos.

Eis aí a ironia, apesar de a arquitetura existir nas e por essas descrições em negativo, a construção como atividade existe, a profissão existe – e o fazem de forma fugaz, sem teoria, sem consciência, sem autoconhecimento.

O paralelo é com a estética kantiana, definida em negativo, em grande parte pelos termos do que não é. A verdadeira marginalidade da estética, como definida por Kant, é a expressão não somente da marginalidade da experiência estética na própria vida (seu encerramento em uma “esfera” espacial)³, mas também na incapacidade da estética pós-kantiana em mostrar-se de forma completa e adequada à natureza positiva da experiência, ou de reconciliar-se com aquelas condições da experiência estética que, como na arquitetura, o momento “estético” é apenas um momento de integralidade complexa; um momento de um objeto real, cujas condições incluem, mas também superam o domínio puramente estético. Definida em negativo, em termos de oposição, estas condições não podem ser (bem) pensadas pelo pensamento estético. A integralidade complexa do objeto aqui envolvida (na obra arquitetônica) escapa à teoria estética. Esta lacuna evidencia-se em todos os esforços em redigir uma “estética” arquitetônica. Contudo, como a última não pode compreender as peculiaridades dos desdobramentos estéticos e não-estéticos da arquitetura, o caráter diferenciador do pensamento arquitetônico moderno similarmente define a arquitetura por termos igualmente impossíveis. Então, como em certo sentido a estética existe e não existe, também, a arquitetura existe e ainda não existe. A arquitetura existe como profissão, mas não pode ser pensada porque pensamos arquitetura hoje como Kant pensou a estética, isto é, em negativo.

³ No texto original o termo empregado é “realm”. Opta-se aqui pelo emprego da noção de “esfera”, conforme o entendimento de SOLTERD-JIK (2004a, 2004b, 2004c) em sua trilogia Esferas, para estimular o leitor ao construir de uma articulação entre os dois pensamentos (NT).

O resultado é um paradoxo. A “Arquitetura” somente pode ser pensada de forma fugaz. Pelas margens. A formulação categórica pela qual a arquitetura vira suas costas para as relações ou expressões que de fato a estruturam sustenta essa afirmação. *Entretanto, isso significa que a arquitetura não pode ser pensada.* Se não pode ser pensada, então não existe em sua potencialidade, não pode realizar-se em si mesma. Apesar dos protestos em contrário, esta é a condição arquitetônica. Não que arquitetura não exista por estar morta. Obituários conservadores são prematuros aqui. Melhor dita, não ainda realizada, não ainda pensada de forma relacional, a arquitetura ainda não veio à existência; ainda não se reconciliou consigo mesma como um evento a ocorrer entre e pelas relações de *Construir, Habitar, Pensar*. De tal modo que, se a arquitetura ainda não se atreveu a pensar-se desta maneira, ainda espera para ser pensada.

O fato de ainda não termos arquitetura tem conseqüências para o habitar. A crise do habitar acontece porque enquanto temos “arquitetura”, nós não podemos pensar uma arquitetura que não se oponha ao habitar (ou que não se oponha ao construir ou pensar). Assim sendo, podemos agora entender que a “crise do habitar” não é uma expressão sintomática (mas estrutural) do deslocamento das relações entre os vocábulos do título, que também são momentos de determinação arquitetônica. Em outras palavras, tanto a relação entre estas expressões quanto à crise acionada pelo drama de “esquecê-las” postam-se, no presente, em um relacionamento problemático entre os vocábulos do título. Isto significa, é claro, que centrar o texto nestes não é uma ação arbitrária. É essencial. A significância do texto reside na forma de mapear conjuntamente a ocorrência desses vocábulos, mas particularmente nos termos do vir-a-ser da desventura contemporânea em respeito ao “habitar”, e ainda em respeito à forma como Heidegger engaja-se a repensar além das limitações que estas condições impõem ao habitar (e por implicação à arquitetura).

2. A estrutura insuperável do texto

O texto preocupa-se em delinear as relações internas que ocorrem entre os vocábulos do título. Lida com três proposições ou três questões: a do habitar (perguntando “O que é habitar?”); a da

relação entre construir para habitar (perguntando “Como o construir pertence ao habitar?”); e a relação entre construir, habitar e pensar (perguntando “Em que medida pertence ao habitar um pensar?”).

Em relação ao construir-habitar o texto lida com esses questionamentos em termos de compreensão do trabalho de construir em relação ao habitar. A inovação de Heidegger aqui é transformar a estrutura desta relação de dois termos exteriores, um ao outro, em uma relação interna de equivalência (contudo não “de identidade”). No que diz respeito a Construir, Habitar, Pensar, é chave determinante, enquanto expressão operacional do texto, compreender sua demanda por um questionamento duplo:

“Como pensamos o construir-habitar?”

“Como pensamos a relação entre o construir-habitar (e ser) e o pensar?”

Mas o fato de pensar sobre essas questões nos remete de volta ao construir. Se em nossa reflexão sobre o construir-habitar está implícita a colocação do questionamento de “habitar” (o que significa habitar, como atingimos esse habitar), então, como Heidegger (1971, p.145) ainda que relutantemente admita, concluímos que alcançamos o habitar “ao que parece, apenas pelo construir”, assim esse construir torna-se necessariamente objeto de atenção. Portanto, “*Construir, Habitar, Pensar*” de forma lógica o bastante se auto-anuncia, em primeiro lugar, como uma *reflexão sobre o construir*.

Note, sobre o construir – não sobre a arquitetura. Isto é essencial, porque o objeto do texto é o construir, a função desta reflexão não é pensar o ato de construir no sentido de erigir, ou sua relação com a arquitetura (como pensamos entender esses termos), mas preferencialmente, como Heidegger coloca “trazer de volta um construir para o domínio no qual tudo que existe pertence” (HEIDEGGER, 1971, p.145). Trazer de volta o construir a esse domínio é retorná-lo ao domínio da existência, é colocá-lo no âmbito do que ele chama de questionamento fundador: “O que é ser?”

Veremos depois o que significa colocar o construir em relação à questão “O que é ser?” Por enquanto, podemos simplesmente chamar a atenção para o

fato de que o texto examina uma relação tripartida pensada nos termos de uma quarta, essencial e determinante, relação. Heidegger usa essa relação como “meio” pelo qual a autonomia de cada expressão do título é questionada. A questão, “O que é ser?” é assim, pelo menos em sua primeira acepção, a questão crucial. Ela permite que a crítica ocorra, é a questão que força os vocábulos do título a mostrarem seus limites (quando apreendidos de forma autônoma e fragmentada) e sua força potencial (quando reunidos, ou pelos menos colocados em relação, com esta questão fundacional).

O pensar os vocábulos do título por estas questões permite repensar (pelo menos esquematicamente ou por implicação) nossa presente antinomia em respeito ao construir e ao habitar. Este “repensar” é chave na tentativa de superar a presente crise, a indicar as condições (ou meios pelos quais) poderíamos seguir um potencial histórico e uma superação prática de nossa situação. Isto determina o texto, não somente decisivo (para a arquitetura), mas, insuperável.

Dito um texto insuperável não significa que seja transcendente (ou que necessariamente proponha um ponto de vista transcendente, mesmo que Heidegger o faça, mas não é aqui que reside sua insuperabilidade). Nem isto significa que o texto necessariamente coloque-se a parte da história (Heidegger não está). Mas pelo contrário, se o texto de Heidegger é atualmente insuperável, isto acontece porque ele delinea (contando um tipo particular de história) uma condição histórica, uma fatualidade em relação à condição do habitar em nosso tempo. Esta condição de “crise” e de “perda” não pode ser afastada pelo pensamento (transcendência), nem mesmo pela superação final no espectro da prática (positivismo). Não importa o quanto desejamos afastá-la, ou quantos inúmeros momentos de uma prática inovadora possa genuinamente e integralmente transcender, a condição de “crise” e de “perda” permanece.

Esta afirmação pode surpreender. Ela baseia-se na proposição que uma superação pela prática, por exemplo, uma superação arquitetônica das condições modernas do deslocamento do habitar como Heidegger descreve em seu texto, não pode ser verdadeiramente uma superação se a nova condição professada não penetrar a consciência, se não for entendida como uma força original,

causal, geradora, se não for entendida em relação à criação do espaço, ou lugar para o habitar. Este é o argumento efetivo de “Construir, Habitar, Pensar”, que a prática em si não pode superar a crise. Pois esta crise excede a prática, o ato de construir, e avança sobre a nossa autoconsciência (nosso pensamento) em respeito à compreensão das relações entre nosso entendimento e os vocábulos – as esferas de ação – do construir, do habitar e de ser. A perda das relações entre Construir, Habitar, Pensar é a perda do pensar, simultaneamente como pensar e como materialidade. Porque essa relação não pode ser pensada, a prática em geral, não pode atingir a consciência de seus feitos ou de suas falhas.

Colocando de outra forma, o texto de Heidegger é insuperável pela forma como antecipa a crise do habitar, em conjunto com a forma como apresenta as condições de superar esta crise, descreve relações que somente podem ser transpostas totalmente (pela prática) quando essas condições determinantes forem superadas no pensamento – algo factível apenas se: primeiramente prestarmos atenção nas implicações e significados latentes do construir e da arquitetura tratados no texto; e, posteriormente, pelo desenvolvimento adequado dos meios pelos quais os processos de superação descritos por Heidegger tornam-se disponíveis, públicos e pedagógicos para a consciência.

Em respeito ao entendimento da arquitetura esta é a primeira e mais densa demanda do texto.

3. A questão da arquitetura

A demanda de que o texto heideggeriano tem uma função cognitiva específica à arquitetura surge, ou tem base, na proposição do texto em entender a questão do autoconhecimento da arquitetura. De forma contrária a outros trabalhos que aspiraram explicações filosóficas do significado arquitetônico, o texto de Heidegger funciona como instrumento crítico na abertura de uma condição cognitiva em arquitetura. Entretanto, ao mesmo tempo, o fato de que texto aborda essas questões (e não simplesmente de forma conservadora, mas de maneira afirmativa e integral a questão do habitar) expõe as resistências que encontra - resistência essa bem compreendida por Mark Wigley ao destacar em entrevista recente que enquanto os arquitetos sabem que são obrigados a ler esse texto, eles também

entendem que ao referir-se a Heidegger não devem seguir suas observações ao pé-da-letra. Em outras palavras, o trabalho deve de fato ser lido, contudo, lido para resistir à ameaça (os questionamentos) que ele alberga. Mas esta resistência ao texto, ou melhor, aos seus questionamentos e implicações meramente represa a questão que será enfrentada na análise final. Não é apenas o texto de Heidegger que não pode ser pensado, a arquitetura também não pode ser pensada, e este é o problema.

Uma situação ilustra essa idéia. Sabemos que não temos arquitetura, não temos em mente suas características essenciais quando nos damos conta que grande parte do conhecimento que temos sobre o ato de construir está registrada nas obras arquitetônicas. Mas sob a condição moderna do pensar arquitetura este conhecimento permanece efetivamente indisponível ao pensamento. A prova desta última afirmação é dada pelo fato de que tal conhecimento, enquanto intrínscio ao construir, permanece quase que totalmente indisponível, tanto para a profissão em geral, quanto para a pedagogia arquitetônica. Colocando de forma simplificada, o conhecimento de arquitetura contido nesse construir não se reproduz na consciência. Acima de tudo, não se reproduz no conceito de arquitetura. Podemos até afirmar que é a própria existência deste termo, construir, que bloqueia a consciência das possibilidades do construir e do fazer arquitetônico. “Arquitetura” apartada do habitar é arquitetura apartada de si mesma. Eis o paradoxo, na Arquitetura a possibilidade arquitetônica é repetidamente perdida e perde-se porque é arquitetura, uma Arquitetura que não pode mais ser pensada.

Como poderia paradoxalmente ser pensada na declaração de sua impossibilidade? Mas isto não significa que arquitetura não exista, arquitetura existe tanto quanto o construir existe. De fato, as questões que então se colocam são: Como a arquitetura existe no período moderno? Em particular, Como existe agora, cognitivamente? Como é pensada? Como é consciente de si mesma? Como entende seu próprio papel e propósito? Como concebe suas próprias práticas?

Se falharmos, e falharemos, em encontrar respostas adequadas para estas questões, então começaremos a entender melhor como uma e outro (arquitetura

e Heidegger) correspondem-se. Porque estas são as questões determinantes – aquelas no centro deste debate. Elas interrogam como uma prática existe em termos de autoconhecimento. Interrogam como esta prática é possível. Confrontam as dificuldades de estabelecer uma prática sob as condições de uma autoconceitualização (ou adequada auto-consciência). Prática difícil e somente possível por estratégias tais como a autonomia ou o “empréstimo” do linguajar conceitual de outras artes ou ciências (estratégias que são contraproduativas para a prática arquitetônica e para seu autoconhecimento).

Falar sobre a impossibilidade desta prática não é sugerir que a Arquitetura não pode ser pensada porque reside *necessariamente* além do pensar, ou que estaria de alguma forma eternamente condenada para além dos limites do pensamento, em algum tipo de modismo ontológico. Esta impossibilidade surge porque a arquitetura está situada em um lugar fora da consciência: a arquitetura no período moderno reside *fora dos modos historicamente limitados de consciência*. Arquitetura reside fora de nosso padrão de pensamento, não intrinsecamente, mas historicamente. Isto significa que a arquitetura não é endemicamente nem se situa necessariamente fora da consciência *per se*, mas que se situa fora da *nostra* consciência. Que a arquitetura não possa ser pensada resulta do fato que nosso modo de pensar (limitado e historicamente determinado) é hostil ao pensamento arquitetônico.

Assim, Arquitetura, como a conhecemos, é prática sem um pensar porque é prática que reside fora desse modo de pensar, nosso modo de pensar. Delinear um quadro do entendimento arquitetônico contemporâneo seria mostrar uma arquitetura incapaz de descrever a si mesma e seus frutos, idealmente ou de fato (uma arquitetura que não conhece sua própria prática ou não apreende integralmente o significado seu próprio trabalho construtivo e configurativo). O texto de Heidegger analisa este problema, mesmo que de forma elíptica.

Todavia, é verdade que este segundo argumento pelo esforço cognitivo – no texto de Heidegger – é paradoxicamente extremado. Afinal, o texto começa por renunciar sua ligação com a arquitetura. No parágrafo de abertura Heidegger explicitamente nega que “regras e idéias arquitetônicas do construir” pertençam ao escopo do texto e vai adiante

colocando imediatamente o habitar no centro do questionamento e retirando a arquitetura, em sua totalidade, do campo onde presumivelmente reinaria: “As páginas que se seguem são uma tentativa de pensar sobre o habitar e o construir. Esse pensar o construir não implica em encontrar teorias relativas à construção e nem prescrever regras à construção [...] não apresenta o construir a partir da arquitetura [...] contrariamente reconduz o construir ao âmbito a que pertence aquilo que é” (HEIDEGGER, 1954). Perguntamos:

1. O que é o habitar?
2. Em que medida pertence ao habitar um construir?

Podemos já intuir porque Heidegger faz isto, mas a questão permanece, seria possível clamar o texto para a arquitetura? Especialmente quando a força do trabalho parece intrinsecamente ajustada a este deslocamento? Não estariam as implicações substantivas, teóricas e performativas, do texto assentadas na (e não fluiriam desta) primeira negação da centralidade arquitetônica? A resposta só poderia ser afirmativa. Nós apenas a ressaltamos, já que o argumento do trabalho reside em criticamente separar a arquitetura do habitar. É por esta separação e deslocamento que o texto exerce sua crítica, que abre o pensar sobre as bases da arquitetura. Por exemplo, esse deslocamento permite a reversão do foco natural de outros trabalhos de Filosofia aplicados à Arquitetura (que começam da, contudo igualmente permanecem na, pressuposta órbita da arquitetura). A arquitetura em Heidegger não se apresenta como um dado essencial, um fenômeno dado ou historicamente concedido que devesse ser mencionado. Ela é deslocada, distorcida por uma condição anterior que é fundacional e estrutural (aquela do construir-habitar).

Isto está longe de ser insignificante, uma vez que descreve o texto de Heidegger como aparentemente antitético à arquitetura. A questão que permanece, no entanto, é se o texto de Heidegger não posiciona a arquitetura, por e neste ato de mover-se, para fora do que é dado, do contingente, dos limites da autoconsciência arquitetural; fora do espectro das “idéias e das regras do construir”.

Mas a questão é em si “histórica”. Não existem pontos absolutos pelos quais poderíamos afirmar quanto a um discurso que “abandona a arquitetura” já que o sentido da forma como delimitamos o que arquitetura “é” permanece contingente, inclusive um objeto político. Isto é seguramente histórico. Em todo caso, esta questão sequer aproxima-se do espectro de algumas análises essenciais: não existe um “perto a” ou “longe de” uma centralidade arquitetônica. A discussão sobre limites, e conseqüentemente sua aplicabilidade, é um instrumento de contestação e percepção, não de essência. Não se trata de pensar a história da arquitetura (entendida como uma prática, uma profissão, “uma arte”, um valor), mas a história de seu vir-a-ser como categoria.

Portanto, se a tarefa crucial do texto de Heidegger é re-colocar o pensar arquitetônico em seu nível fundacional, e se por um viés coloca o pensar arquitetônico em um contexto profundamente histórico, esse contexto deve ser maior que aquele que a arquitetura normalmente permite-se. A leitura histórica do que ocorreu deve ser re-situada, colocada em “novo” contexto. A oclusão da relação *construir-habitar* concede, ao pensar, um conjunto de limitações severas sobre o que poderia ou não poderia ser pensado como “arquitetura”. Esse empreendimento do pensamento crítico intenta superar essas limitações. Conseqüentemente, se por exemplo, nas demandas de um construir e de um habitar, uma das limitações desse pensar é dada pela impossibilidade de interrogar “o que é ser”, então, a restauração dessa relação é uma tarefa necessária para sua superação no domínio da arquitetura. De fato, está é a condição mínima para um pensar ideal neste campo. Em Heidegger esta superação quando relacionada ao *Construir, Habitar, Pensar* toma simultaneamente uma forma radical e conservadora.

O que o texto oferece, no lugar de “regras e idéias” para construir arquitetura, é uma tentativa de entender o construir relacionado ao ser e capacitar a arquitetura, enquanto construir, a ser pensada como uma oportunidade aberta à existência – a questão do ser. Em especial, o re-lançamento desta última questão desarticula o discurso tradicional da arquitetura e tem uma função perturbadora e radical, agitar os limites da arquitetura. Na realidade, esse questionamento esboça a artificialidade desses limites e mostra que estes subjagam a arquitetura

4 Ou vir-a-ser o que se é (NT).

5 A tradutora de *Ser e Tempo*, Marcia Sá Cavalcante Schuback, explica no prólogo do livro a dificuldade de traduzir as idéias contidas em *Dasein* e ao mesmo tempo a situação crítica de não traduzi-la, já que se afastaria da forma como Heidegger instrumentalizou a linguagem, não pela introdução de palavras inusitadas, mas pelo uso inusitado e extraordinário de palavras usuais e cotidianas da língua alemã. Sua não-tradução acabaria por reduzir todo um esforço por continuar a pensar. Segue então, colocando *Dasein* não como um conceito, mas como uma indicação formal, um aceno. Distintamente de um conceito, que é síntese do múltiplo e diverso numa universalidade, *Dasein* é indicação de experiência, onde compreender não diz agarrar a realidade com esquemas já dados, mas deixar-se tomar pelo que faz a compreensão buscar compreender. *Dasein* é palavra condutora como um fio de Ariadne “a serviço” do pensamento. Uma possibilidade para tradução de *Dasein* seria transcendência, uma forma existencial de ser em si um outro, sempre de novo, a cada vez “movimento incessante de ser para além de si. Transcendência da existência que se define preposicionalmente e não posicionalmente, como estrutura radicalmente relacional “o que significa focar as relações como fonte de sentido entre os homens e as coisas e não o contrário. *Dasein* dá-se a conhecer como existente, isto é, como guardião do lugar de um nada aberto. A tradutora segue conjugando a idéia de transcendência à de temporalidade, seja em seu tempo cronológico, ou seja, na temporalidade interna da ação e dos aspectos. Para Heidegger trata-se de uma temporalidade do ser. Tempo é sendo, é tensão do durante, do entre, do perdurar. Para fazer aparecer essa dimensão fundamental de *Dasein* a tradutora opta então por traduzi-lo como presença. O que a palavra-presença- busca traduzir é essa temporalidade intrínseca do verbo e não o significado substantivo e substantivado de *Dasein*. Argumenta sua ... continua próxima página

ao “impossível”. Com efeito, tal questionamento projeta a dificuldade que a arquitetura enfrentará no empreendimento de pensar uma leitura alternativa para esta “tarefa”. Mas apenas uma arquitetura que esqueceu seu propósito nesta terra, “sua relação com os mortais” poderia aceitar a interrogação sobre “o que é ser?” fora dos propósitos centrais de seu campo. Apenas o ofuscamento destas implicações poderia embaralhar seu conteúdo e a natureza das ponderações centrais do texto – uma inquietação *nevrálgica* pela conexão entre *Construir, Habitar, Pensar* como algo marginal a, ou, no limite, distanciado da arquitetura. Este esforço de resgatar o sentido de como o construir poderia ser re-colocado no domínio do habitar de tal forma que a arquitetura-como-construir pudesse novamente responder explicitamente a interrogação “o que é ser?” é a “alternativa” que o texto de Heidegger oferece.

Aceitando este argumento podemos ver que Heidegger talvez revele algo sobre o necessário embasamento (não fundacional) do trabalho arquitetônico pela descentralização de seu foco. O enclausuramento da condição, da arquitetura em si mesma, é, portanto, essencial. A negação da arquitetura em Heidegger traz a tona a re-colocação das condições sob as quais, ou entre as quais, a arquitetura existe. Essa re-colocação, ou espaço potencial para sua re-colocação, abre possibilidades para a arquitetura re-pensar sua relação com as questões existenciais.

4. A(s) revolução(ões) lançada(s) pelo texto Heideggeriano

Se aceitarmos esse movimento metodológico, como poderíamos então encarar a arquitetura “por si mesma” e em relação à própria arquitetura? O questionamento é significativo porque o que intentamos ler aqui é acima de tudo um texto filosófico. Se o trabalho de Heidegger (1971) reivindica a reflexão sobre o “domínio em que tudo que é pertence” alcançado pela expressão, ou pela metáfora de construir-habitar (que é de fato muito mais do que uma metáfora), ainda assim o trabalho é um fragmento de um discurso maior (parte dos questionamentos heideggerianos do “O que é ser?” e da busca filosófica da existência, o ser como é. Filosofia no encontro do Ser dos seres, que é, ser em relação a Ser).

Nos textos filosóficos dos anos 1930, Heidegger demanda “o que é ser?” como a questão da filosofia, entendendo que todo o pensar que transforma essa demanda em reflexão aprofundada sobre o caráter da existência provém da “vasta orbita desta interrogação condutora”. O texto “Construir, Habitar, Pensar” manifesta uma consciência similar, nele Heidegger é novamente absorvido pelo pensar “a razão extrema do vir-a-ser”⁴ – com o pensar o ser. No entanto, neste texto ele procura a “morada do Ser” interrogando, de fato, como os mortais (“seres”) colocam-se concretamente a Ser no âmbito do habitar a terra. A revolução acionada no trabalho de Heidegger, uma revolução cuja força e potencial não podem ser negados, é simplesmente esta: no pensar as formas em que a existência coloca-se a Ser, pensa a existência pelo conceito de habitar – e assim aproxima-se do argumento que habitar (*Wohnen, to dwell, to in-habit*) é “a estrutura fundamental do ser do *Dasein*”⁵, o modo privilegiado de conectar-se a existência.

Isto é duplamente significativo: para a arquitetura (em primeiro lugar para o construir-habitar) e para a filosofia heideggeriana. Nos textos e conferências posteriores ao “*Construir, Habitar, Pensar*”, nas quais Heidegger evita as reflexões diretas sobre construir e habitar e prefere postular a supremacia absoluta da língua como o novo lugar do ser, ele, contudo continua a pensar a língua como um habitar: define-a como a “morada” da existência, fala sobre “o habitar” humano nesta morada e afirma que os poetas são os “guardiões desse habitar”. Ainda mais explicitamente, define a criação poética como a ação de habitar e aponta sua superação “por um construir. A criação poética, que nos permite habitar, é um tipo de construir”. Assim, mesmo que Heidegger volte-se para a língua como a casa, a morada, o lugar, do ser (todas essas metáforas são trabalhadas em seus textos tardios), a linguagem do habitar tornou-se indispensável ao seu pensamento. Isto acontece necessariamente por que a relação entre existência e habitar é mais que metafórica. Ao conectar o ser ao habitar (e através desta conexão, o construir ao pensar) Heidegger estabeleceu, senão uma estrutura ontológica, uma estrutura essencial da existência humana, a do vir a ser o que se é. Construir-habitar é a representação da existência – ou, em outras palavras, o fato (não dado) que pode ser identificado com o habitar.

... continuação da nota 5 tradução na própria contra-mão das traduções possíveis já que o próprio Heidegger criticou a versão francesa *présence* em prol de *existência*. Para Heidegger, o problema não estava propriamente no presente da presença nem na presença do presente e sim na cegueira e surdez para distinguir a atualidade num aqui e agora de um fazer-se e tornar-se presença para o seu tempo, para o seu presente, deixando o próprio tempo advir na pulsão concreta das realizações finitas da vida. Desta forma, a tradutora defende que o que está em jogo na tradução de *Dasein* é mais do que uma única palavra, mas a conjugação da presença humana em seus vários níveis de realização finita. A tradução por presença tem a vantagem de colocar o leitor de língua portuguesa na mesma necessidade filosófica de se colocar a pergunta sobre o sentido da presença, de fazer a experiência de que é preciso traduzir presença dentro da própria língua portuguesa. Consultar a *Perplexidade da Presença* em HEIDEGGER (2008) (NT).

6 Heidegger (1954) (NT).

Tanto para a filosofia como para a arquitetura a grande inovação do trabalho heideggeriano em “Construir, Habitar, Pensar” reside primeiro, e sobretudo, na conexão dos questionamentos sobre ser e sobre o habitar, para em seguida conectá-los, pelo habitar, aos questionamentos sobre o construir.

As conseqüências desta revolução são profundas. “Habitar” como um modo privilegiado de conexão ao ser estabelece-se, em nossa condição de seres pensantes, nas formas contemporâneas do habitar, ao mesmo tempo em que define o seguinte questionamento fundacional: “O que é ser?”.

Agora, podemos ir além e afirmar que se habitar não pode separar-se do construir então cada expressão dessa equação pode ser potencialmente transformada (“Construir é habitar”, uma das proposições centrais de “Construir, Habitar, Pensar”, colocada como tal em sua primeira página. “Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta⁶”). Se por um lado, construir torna-se irrevogavelmente ligado, pelo menos pelo pensar, ao questionamento do habitar, isto não apenas transforma o modo como pensamos o construir, isto implica que abandonemos todos os conceitos essenciais, não menos que os historicamente contingentes, de autonomia. Por outro lado, a conexão construir-habitar-ser implicitamente transforma o caráter do “questionamento fundacional”. Uma expressão concreta surge e pode potencialmente transformar o desfecho desta questão abstrata e ontológica, do “O que é ser?” em uma questão constitutiva-constitutiva “Como poderemos pelo habitar (construir) erigir um modo de ser?”. Deste modo, ler “Construir, Habitar, Pensar” – pensá-lo e pensar por ele – é mover-se do entendimento do “questionamento fundacional” como um sobre a existência apreendida como desfecho da natureza verdadeira das coisas (a revelação da conexão do ser a Ser) para outro (não determinável, não teleológico) sobre uma existência a ser talhada.

Embora Heidegger (por razões óbvias da estrutura política interna de seu pensamento) não tenha seguido as implicações de seus próprios argumentos por esta linha de pensamento, e mesmo que seguindo essa lógica tenhamos avançado além das conclusões que Heidegger delineou em seus insights ele não deixou de notar sua presença e

suas implicações em seu pensamento posterior. Devemos examinar com mais profundidade o porquê Heidegger não prosseguiu os insights incipientes e não representacionais de seu texto “A origem da obra de arte”, como também não seguiu as conexões da relação construir-habitar (o porquê de conduzir a questão do habitar para a poética). A questão urgente é, então, a indispensabilidade do conceito de “habitar”.

“Habitar” é indispensável para Heidegger porque representa uma forma de estabelecer relações que são ontológicas, ainda que não sejam teleológicas ou de uma forma causal singular (entre os mortais, em relação à natureza, entre a terra e o céu, ou no sentido do Ser constituído entre todos os modos de existência). Se o pensar é um compromisso com Ser, por e pelo Ser, habitar é a fundação do estabelecimento desta relação na terra entre ser e Ser. Ou, de maneira prosaica, habitar é o modo não representacional do Ser: a personificação da existência e o modo como estabelecemos em geral as relações com as condições da existência de Ser. Colocando ainda de outra maneira, “habitar” é um evento que funda (constrói) relações que existem na história e na cultura; trata-se de um evento que em seu pensar, em seu vir-a-ser, tem o poder de romper com os fundamentos, incluindo aí os fundamentos limitadores de nossa modernidade imemore. A forma deste “ato simples” do habitar é determinado por modalidades ou condições históricas específicas, mas já não é *tão* determinado de forma a puramente reproduzir estas condições. Em outras palavras, sua presença reflexiva nunca é integral, mesmo que repetidas vezes rondamos esta afirmação (e nos arrazoamentos teóricos geralmente o fazemos) nunca a apreendemos integralmente em sua presença. Neste sentido habitar é primordial. Ele concomitantemente descreve o “nosso lugar” e o estabelecimento das relações na terra, entre os mortais e etc., a própria possibilidade do expurgar em que somos lançados - e pela qual estabelecemos conexão ao Ser (assim “nos salvando” do nihilismo e da falta de significado).

Heidegger (197, p.160-161) não se detém no insight, nesta determinação (não dada), que identifica ser e habitar. No final de seu texto, em linhas cheias de implicações ele inicia uma segunda revolução ao colocar o “pensar” como elemento de ligação entre o “construir” e o “habitar”. “Mas,

ainda que de forma diferente, este pensar e este construir pertencem em si ao habitar, que pode ser ratificado pelo curso do pensamento até aqui desenvolvido. Construir e pensar são, cada um em sua maneira, inescapáveis ao habitar. Ambos são, no entanto, insuficientes para a ação de habitar quando apartados do ouvir e voltados para seus próprios embaraços. Quando aptos a ouvir tornam a pertencer ao habitar”.

Nestas sentenças Heidegger estabelece uma relação triangular necessária e inter-implicada entre os três vocábulos do título. Mesmo que ele não afirme a expressão final do triângulo (a inter-implicação de pensar e de construir de tal modo que pensar, como pensar para habitar, é também pensar para construir) ele, todavia, dissolveu a autonomia axiomática do pensar em relação ao construir pavimentando, assim, o caminho para uma reciprocidade genuína entre estas três expressões.

Está a segunda revolução no pensar (e também na prática) que o texto de Heidegger oferece. Sentimos o que está envolvido aqui quando entendemos a surpreendente série de proposições – surpreendente que é, pelo menos em relação ao pensamento arquitetônico, – que Heidegger produz neste movimento e no que podemos descrever, neste primeiro sumário, como as proposições-guia de seu texto.

Primeiro: Heidegger (1971, p. 147) estabelece uma conexão entre ser e habitar por assentar a existência como habitar: “a forma como você é e eu sou, a maneira como nós humanos somos nesta terra, é [...] o habitar. Ser humano significa estar na terra como um mortal, significa habitar”.

Segundo: Heidegger (1970, p. 145) argumenta que o habitar é alcançado pelo construir. “Nós atingimos o habitar”, diz ele quase nas primeiras linhas de seu texto, “somente pelas formas de construir, o último, o construir, detém o anterior, o habitar como seu objetivo”.

Terceiro: Isto significa que os meios que normalmente separam construir, habitar e ser não podem sustentar-se. Particularmente se entendemos essa relação meramente por seu esquema de meios e fins. Heidegger (1971, p. 146) diz, “nós bloqueamos nossa visão para as relações essenciais. Pois construir

não é apenas um meio e uma forma de habitar – construir é já habitar”.

Em seguida, a quarta, pela qual nós também devemos dizer que ser (como habitar) reside no construir.

Quinta: mas esta reviravolta provoca outras implicações e proposições que se ser (como habitar) reside em construir, então pensar sobre construir é necessariamente, mesmo no caso, na ausência explícita desse sentido em tal pensamento, uma reflexão sobre o ser (por exemplo, uma reflexão sobre ser é sempre apreendido no construir e apenas sua repressão proposital acarreta o seu desaparecimento, sob a superfície do construir-pensar).

Sexto: Inversamente, se ser (como habitar) “reside em”, isso é, tornar-se visível, emergir pelo construir (habitar), então pensar sobre o ser (a própria questão da filosofia) é, pelo menos em um desses vocábulos, a necessidade de pensar sobre o construir. Desta maneira, o pensamento filosófico torna-se incompleto quando não pensa o construir.

Finalmente: Heidegger coloca esta relação ainda incipiente (entre construir, habitar, pensar) em um contexto histórico fundado no argumento de que no período moderno a relação construir: habitar (e talvez até a própria relação construir, habitar, pensar) tenha se rendido, em suas conexões internas, à interdição entre construir e habitar em duas dimensões:

primeiro, não mais reconhecemos como construir pertence ao habitar e como “sua natureza emana do habitar” (HEIDEGGER, 1971, p. 160). Tão pouco, entendemos que nossa desventura no presente, centrada em nosso modo de habitar (construir, pensar) pode ser remontada a esta interdição, que é o esquecimento das conexões entre construir e habitar;

segundo, este “esquecimento” deve ser entendido como o declínio do pensamento, ou melhor, como o declínio de uma forma de pensamento. Esquecer é, portanto, o esquecimento de como o pensar pertence ao habitar e conseqüentemente ao construir, já que ambos, construir e pensar, são cada um a sua maneira inescapáveis ao habitar (mais ainda, é este esquecimento do pensar e do pensar para construir – o fundamento do habitar – que engendra um modo

de ser na terra). A tragédia do habitar humano é assim a interdição das conexões entre construir, habitar, pensar e nosso modo de ser na terra. Trata-se da perda do sentido de como ambos, construir e pensar, “pertencem ao habitar” (HEIDEGGER, 1971, p. 160-161).

5. As respostas residem nos alicerces da questão

Afirmamos aqui que a “crise do habitar” permite, em Heidegger, o projeto de re-constituir (afirmativamente) a condição fundacional do habitar. É este último, o mais conhecido, e também o mais contraditório, aspecto do texto. E é, em grande parte, onde podemos afirmar que o “significado” do texto reside. É aqui, pelo exercício do pensar-se mais próximo (como George Steiner coloca), pelo ato de unir e re-unir (re-memorar) vestígios dispersos de ser (não de uma forma tradicional de análise filosófica) que a empreitada de Heidegger nos fornece uma estrutura de cognição para pensar as realizações de construir-habitar. Estas reminiscências apresentadas em forma de narrativa em e sobre o habitar, têm a tarefa de trazer o habitar, juntamente com as relações entre os vocábulos do título, para um desfecho elucidativo. Desfecho este, entendido como uma revelação, no pensar, do processo pelo qual o objeto de um pensar (neste caso) o habitar “foi direcionado” (Se o texto de Heidegger é, de alguma maneira, mimético – o é nesta forma de narrativa de fechamento, mimético não pela condição de habitar, mas pelo processo heideggeriano de pensamento).

Nesta empreitada de rememorar – o desfecho do modo de pensar o habitar – ocupando a centralidade do texto, Heidegger esforça-se para nomear e descrever os caminhos essenciais das conexões entre construir-habitar. Mesmo que este seja ostensivamente seu ponto focal, precisamos lembrar que ao ler Heidegger, ou pensar sobre esse texto, que a tentativa de nomear e descrever os caminhos essenciais das conexões que desenvolvem construir-habitar são em si mesmo sintomas, uma resposta a primeira e anterior condição da crise que deflagra seu trabalho (e de onde se derivam seus insights essencialmente especulativos relativos às origens ou fundamentação do construir-habitar). Como apontado por Reiner Schurmann, uma importante motivação de Heidegger nos textos desse período “é expandir a análise da situação em que nos

encontramos hoje”. É desta posição que ele lança seu conjunto impiedoso de julgamentos da condição histórica de nossa situação, do seu vir-a-ser, e de sua reparação em impulso reverso. Este impulso peculiar baseia-se em dois pilares gêmeos: primeiro na percepção de Heidegger da “crise” do habitar, e segundo na estrutura de questionamento que sua crítica fez nascer.

Esta estrutura de questionamento é a essência e o terreno (não fundacional) que provê diferentes formas pelas quais podemos entender a obra arquitetônica, diferente que são no caminho decisivo das relações de um dado autoconhecimento das práticas arquitetônicas contemporâneas. Então, leia com atenção, é a estrutura de questionamento que possibilita o significado real e o poder do texto de Heidegger.

Heidegger confirma isto quando, próximo ao final de seu texto nota: “Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torne-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe a sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim, permanecerem dignos de se pensar”.

Para a crítica do texto de Heidegger, uma das dificuldades em formular conclusões é que, com efeito, ele elabora reflexivamente suas próprias explanações. Heidegger com certa facilidade nos fornece as respostas para as perguntas abertas em sua análise, obscurecendo assim, a força de suas interrogações. Já presenciamos este fato nas próprias formulações expostas em outros textos de sua autoria. Em trabalhos posteriores, Heidegger ultrapassa a natureza, metonímica e contígua, das conexões esquadrihadas em “Construir, Habitar, Pensar” para o espectro da poética e da metáfora teleológica. Em sua última obra, “Poesia, Linguagem, Pensamento”, reconfigura de maneira precisa essa transposição entre o campo do habitar e da poética. Este movimento é importante porque inverte as observações feitas anteriormente sobre a intransponibilidade das divisões do habitar e do construir no pensamento heideggeriano tardio. Aqui, importa também lembrar a extensa e real transformação que se operou nos significados desses conceitos. Se “a poesia” é agora “a forma primordial do construir”, que, antes de tudo admite que “o

habitar humano em sua essência é a presença de ser” e que esta é a “compreensão fundadora do habitar”, então a transposição construir, habitar e pensar é certamente acurada. Heidegger enfatiza isto quando repetidamente ressalta “Poeticamente o homem habita...”

A afirmação , o homem habita o que constrói, ganha então um sentido próprio. O homem não habita meramente os lugares em que se assenta na terra e sob o céu, criando e cultivando coisas e ao mesmo tempo erigindo (cultivando) edifícios. O homem atinge esse construir somente se já construir no sentido da medida poética. O construir autêntico acontece onde existem poetas, tais poetas são a medida para arquitetura, a estrutura do habitar (HEIDEGGER, 1971, p.227).

Essa transposição poética não pode ser ignorada. É um anúncio de que as relações estabelecidas no texto dependem de uma argumentação em um nível quasi-poético, ou a metáfora analógica para qual Heidegger se volta após “Construir, Habitar, Pensar” (também já antecipando o argumento metafórico da descrição do “habitar” no ensaio do “construir”) constitui-se como a estratégia filosófica para pacificar-se com – para esconder-se das – radicais implicações materialistas de seu pensamento. O argumento deve ser que tal transposição – que Heidegger apresenta como detentora de uma necessidade ontológica – não se faz necessária para as relações por ele descritas.

Isto significa que entender o texto “Construir, Habitar, Pensar” não representa apreender as formulações heideggerianas para o problema, especialmente quando estas se mostram embaçadas em sua terminologia. Esta última é uma armadilha. É um apelo poético e teleológico. É um apelo da tradição. Assim sendo, reproduzir a linguagem heideggeriana nada significa. Longe de revelar as relações entre ser, habitar, construir e pensar, as categorias de Heidegger podem servir, em momentos vários, muito mais para obscurecer que desvendar entendimentos potenciais que o texto estimula-nos a realizar. Não é possível apreender as conexões entre Construir, Habitar, Pensar, simplesmente aceitando os termos que nos são dados. Se devemos começar pelas palavras de Heidegger, ainda temos que ler por suas terminologias, temos que ler por seus olhos, abandonando as críticas e as leituras

feitas no domínio da arquitetura (Falar do texto de Heidegger como decisivo para a arquitetura é demandar sua necessidade no âmbito das questões levantadas. Todavia, não significa, em absoluto, que o texto apresente a palavra final em relação a essas questões.

Este é um viés metodológico crucial. Sem uma distinção entre ler Heidegger de forma crítica e permitir que uma leitura heideggeriana, e ontológica, nos envolva é inevitável que o que o texto nos oferece constitua-se como o re-empacotamento da agenda heideggeriana para o consumo arquitetônico. Contudo, isto está longe dos meus objetivos, quanto mais de reproduzir sua leitura arquitetônica.

Se seguirmos as transposições feitas por Heidegger a partir dos insights de seu pensamento, não nos surpreende que uma leitura comum de Heidegger no campo da arquitetura assuma que a estrutura de questionamento se constitua como um corpo de respostas: uma não determinável, não fundacional, ou original abertura que lança mão do uso metafórico das conexões entre construir, habitar, pensar para, criticamente, estabelecer outro campo para a reflexão sobre estes vocábulos e sua relação, tomada como uma série de dados estabelecidos, determináveis e localizáveis sobre “o habitar”.

Isto é precisamente o que ocorre em algumas das mais recentes influências na arquitetura, remetidas à Heidegger e conduzidas aparentemente para trazer à tona uma concepção “ontológica” do campo arquitetônico, ou para impor-nos outra fenomenologia, ou hermenêutica, justificadas pela invocação do habitar. Mas nenhuma destas estratégias reprodutivas de “trabalhar” o que este texto envolve são adequadas ao que se marca aqui, seja com respeito aos modos de leitura que oferecem, ou em relação à concepção do “habitar” que produzem. Por um lado, a última tende a forçar-nos de volta à ideologia do “retorno”, e para o mito de um embasamento ontológico da prática de construir (fenomenologia ou hermenêutica, lidas nesse contexto, como um recurso a tradição e a mitologia do retorno). E por outro, a primeira (a leitura conservadora ou “heideggeriana”) produz um conceito de habitar que mal tem força categorial, tática ou crítica no engajar recalitrante e sem sentido do mercado imobiliário ou nas perversões da prática arquitetônica numa economia de commodities.

No momento que observamos com a atenção as leituras (interpretações) do pensamento arquitetônico de “Construir, Habitar, Pensar” torna-se óbvio que sua leitura é problemática para a arquitetura (Por leitura queremos dizer mais que a simples aquiescência das estruturas ou do vocabulário da linguagem heideggeriana, ou as dadas estruturas e pressuposições da teoria arquitetônica). A suspeição de sua viabilidade pragmática (embasada em sua aparente auto-exclusão do campo da arquitetura), aliada a uma utilização impensada, simplista e até totemista, limita o artigo à marginalidade da teoria arquitetônica (ou situa-o no gueto da “teoria do lugar”). Trata-se de uma leitura que obscurece e dissipa a força das formulações heideggerianas que perturbam a autocompreensão da arquitetura.

Se este último argumento mostra um caminho para fora do problema (porque parece sugerir que a única forma adequada de ler Heidegger é aquela que inicia, ou até celebra, o distúrbio) isto acontece talvez devido sua crítica endêmica. Enxergar o texto como uma fonte de distúrbio para arquitetura é lastrear seu valor não como portador de um conjunto de proposições, a serem extraídas e “aplicadas” (de forma recuperativa) aos problemas contemporâneos da arquitetura (não como a reafirmação dos mesmos), mas como uma estrutura de questionamentos: como uma estrutura de questionamentos a ser forçada, se necessário, na revelação de um questionamento potencial, qual seja, o distúrbio que endemicamente contém.

Outro viés metodológico é revelado nesta afirmação. O caso em que o texto de Heidegger não é lido em nenhum sentido significativo – quando a leitura é ainda pautada pela suspeita de que o ensaio é de interesse marginal à disciplina da arquitetura, ou quando suas provocações à consciência e o desempenho (arquitetônico) são ignorados – pode ser estruturalmente comparado à descrição que Heidegger elabora da recepção do pensamento de Nietzsche. No primeiro volume das Conferências, Heidegger reclama que enquanto na filosofia Nietzsche vem, há muito, sendo “a confrontação com seu pensamento ainda não foi iniciada” (NIETZSCHE, 1979, p.5).

Esse paralelo é válido porque oferece uma estrutura de leitura que pode ser útil no trabalhar com

Heidegger. Contra a falha em se ler Nietzsche, Heidegger evoca a noção ou estratégia de “confrontação”, termo de Heidegger para uma forma de crítica genuína – “a única maneira para uma real valorização de um pensador”. Pela confrontação, Heidegger tenciona um engajamento duplo com o texto. Por um lado, esse engajamento é uma reflexão abrangente num texto, ou filósofo, um esboçar, não somente a fraqueza de uma obra (crítica simples), mas, também, uma maneira de adentrar um pensamento, um pensar por sua força efetiva, “o projeto de como o pensamento, suas implicações e o poder de perturbar o nosso próprio círculo de expectativas contumazes”. Por outro lado, esse engajamento implica precisamente a necessidade dessa confrontação “para tornar-se livre, para a suprema expansão do pensar”, para usar esse engajamento com um filósofo (texto, objeto) de modo a aprender como alcançar o (livre) pensar. Confrontar é, então, um desdobramento tripartido de um texto: a dupla confrontação com o pensar buscado no texto, e o “pensar sobre” a relação do texto com o que “a ele se aplica” (aqui, por exemplo, o pensar sobre arquitetura).

Contudo, a confrontação pressupõe que o texto seja de fato uma estrutura de questionamento. Este entendimento mantém-se como uma negação da atitude de sua simples “aplicação” na prática, a atitude que afirma que existe uma coisa, “as palavras de Heidegger”, e outra, a “arquitetura”. No âmbito desta última síndrome, o trabalho do “pensar arquitetônico” envolve aplicação de um (como dado) e de outro (também um dado) para obter o benefício pragmático máximo para tal “confrontação”; no entanto, o benefício é definido pela estipulação implícita que nenhum dos lados da relação seja tocado, afetado, transformado, ou acima de tudo, colocado em questão pelo outro.

Esta é a maneira que freqüentemente a teoria adentra o campo arquitetônico. Esta é, via de regra, graças aos leitores que enxergaram em seu texto “a solução” para os problemas e, acima de tudo, a busca (como um talismã ou fetiche) para um “enraizamento” da arquitetura, a forma que Heidegger foi colocado no discurso arquitetônico. Isso é, em si, um problema. Se o texto de Heidegger é “decisivo” para a arquitetura, não é porque ele forneça esse formato decisivo de conhecimento. Se ele tem, no final, conseqüências pragmáticas, elas

não são o tipo de conseqüência que poderiam ser aspiradas à primeira vista, como um “significado” arquitetônico do texto.

No entanto, o problema fundamental aqui é o que essa interpretação positivista (e utilitarista) “alcança”: que é a oclusão da estrutura de questionamento do texto.⁷

⁷ Grifo do Tradutor (NT).

Um paralelo pode ser traçado com os comentários recentes de Derrida sobre “a arquitetura deconstrutivista”. Tal como as leituras medíocres de Heidegger nas correntes, teórica e pedagógica, da arquitetura neutralizaram a perturbação que o texto contém, também a leitura “arquitetônica” de Derrida falhou em evocar uma reflexão séria sobre o domínio da arquitetura – ao invés, essa leitura (interpretação, mais precisamente) foi empregada para legitimar um vanguardismo tardio, essencialmente tradicional e, no presente, politicamente regressivo. Essas interpretações, longe de deconstruir a arquitetura, simplesmente sedimentaram alguns de seus aspectos mais obscenos. Elas inverteram todas as implicações verdadeiramente perturbadoras contidas na estrutura profunda da obra de Derrida, e assim, atuaram para negar a verdadeira força de seu impulso deconstrutivo.

Esse processo de leitura interpretativa equivocada de Derrida exhibe precisamente a mesma ação de apropriação descrita acima, na qual, nomeadamente uma estrutura de questionamento é apropriada (literalmente transformada) e seu lugar é preenchido com um “corpo de respostas” destituído de qualquer força crítica. No caso do deconstrutivismo, “teoria” (a estrutura e a terminologia dos textos de Derrida) é usada em um papel essencialmente tradicional (em termos de teoria arquitetônica), como um instrumento para legitimar o modo de representação dos problemas arquitetônicos, ou uma estética desejada; ou, o que significa a mesma coisa, como uma forma de produzir um campo semântico interno em que exercícios puramente formais (na contramão de uma sintática genuína) possam ser semanticamente justificados.

Dado o pragmatismo e a tradição de apropriação da arquitetura, existe um ponto em que tal uso do texto é não somente legitimado, mas esperado. Se refletirmos brevemente sobre a natureza do texto-como-questão, podemos demonstrar que

nenhuma garantia necessária, nenhuma necessidade geral ou estrutural, existem para esta transmutação forçada.

Se a distinção entre a estrutura dos questionamentos contidas no texto e as respostas para suas próprias interrogações são, a partir do exterior, criticamente essenciais; e se o obscurecimento desta distinção parece sinalizar que a obra será espuriamente mal interpretada, o que é, de modo afirmativo, pelas respostas que oferece; então podemos levantar a questão que intuitivamente reconhecemos que as respostas emergem ante o temor das questões. As respostas não integram a obra, contrariamente, são meras conseqüências da estrutura de questionamento original.

Como Barthes, na introdução de *On Racine* (1983, p.ix) nos lembra, o ato de escrever, artístico ou crítico, não apenas provê ou produz (um) significado (localizando significado-em-geral no mundo), mas inevitavelmente e necessariamente aporta também uma questão ao mundo: “Escrever”, diz Barthes, “é ameaçar o significado do mundo” (em qualquer maneira, pequena ou colossal). Em todo o ato de escrever (de configuração), uma fissura acontece no metafísico (o tecido dado do mundo); isto é inevitável, e é sem possibilidade de resposta. Em uma colocação feliz Barthes diz que, escrever é “colocar uma questão indireta (ao mundo) que o escritor, por uma recusa máxima, abstém-se de responder.

Colocando de outra forma: Artefato induz a dúvida, e isso é inevitável.

Esta condição tem conseqüências importantes em como refletimos sobre uma obra, sobre o pensar, seja sobre as obras de arte, da crítica ou da teoria. O ato de escrever, que se torna evidentemente um ato de doação, de oferecer uma resposta (a uma pergunta que reside fora do texto), pode agora ser visto como necessariamente indutor de outros questionamentos. Assim, na realidade, o ato de dar-forma transforma-se na construção e oferecimento de um questionamento. Podemos até afirmar que uma obra constituída como forma o é em sua estrutura como uma questão, ou um estado de interrogação (trazendo um significado ao questionamento). Somente tal designação “dar significado a uma questão” pode conferir ao trabalho seu status de obra, concedendo a esta a competência,

na reflexão que induz, o viver como uma forma, capaz de incitar-nos uma tentativa de resposta - um esforço para dar uma resposta.

Colocar “uma questão indireta ao mundo” carrega o seu próprio terror. Este é o porquê, em tantos casos, a obra resiste e teme seu des-fazer, teme a impossibilidade da resposta que sua ação criou, e assim, apressa-se em fechar a fissura que a confiança em seus questionamentos abriu em nosso mundo. Tais obras “trabalham”⁸, com efeito, por um método poderoso reforçado pela crítica frágil e pelo desejo pragmático. As “respostas” dadas pelo texto concedem a racionalidade evidente por seu vir-a-ser: as respostas são o texto. Este método anui com nossa forma de leitura, pautada pelo senso comum e lastro informacional, que objetiva obter “os fatos sobre as coisas”, mas isto não nos afasta do fato estrutural que qualquer obra, um texto acadêmico não menos que um romance – em qualquer momento é inevitavelmente complexo e um desdobramento instável dessas duas condições, o abrir e o fechar de seus próprios questionamentos.

E mais, se as respostas contidas em um texto são em grande parte a conseqüência dos questionamentos abertos, significando que estes provêm de um medo abissal de lançar o mundo em dúvida essencial, então é possível, discernimos uma hierarquia na qual as questões, em muito, ultrapassam as respostas. Além disso, se as respostas são “suplementais” (isto dito em pleno conhecimento dos enigmas que abrem), então longe de constituírem “a coisa mais clara” e o aspecto óbvio do texto, constituem-se, de fato, muito ao contrário. As condições de produção de respostas sugerem um enigma perene e uma qualidade problemática para todas as “respostas” porque o que foi escrito e formulado com uma questão “para além das esperanças de uma resposta”, segundo Barthes é dificilmente reduzido em uma simples resposta ou banalizado em um clichê.

A resposta então – interpretada apenas como uma resposta – é radicalmente incompleta em relação ao questionamento aberto no texto ou no trabalho, uma vez que tudo até agora dito aplica-se ipso facto à obra de arte. Não importa a assertividade da resposta, não importa o quanto o autor (ou o crítico) “substancie o significado proposto”, a obra (ou texto crítico) vive – tem uma existência transhistórica – em sua incapacidade de finalmente constituir-se em uma (única) resposta.

Ela vive na formulação, “o significado passa, a questão permanece”. Assim, no vaivém de questões e respostas (nos comentários reflexivos) lançado pelo autor-crítico, e pelo autor como leitor-crítico, a questão permanece em última instância vitoriosa – e a significância do texto permanece nas formas de seus questionamentos diretos e indiretos.

Para ter certeza, como Derrida (1978, p.79-81) assinala no início de sua discussão sobre a obra de Emmanuel Levinas, a questão raramente aparece como: “a questão é sempre permanente (está sempre encapsulada, involucrada, encerrada); [...] aparece apenas pelo hermetismo de uma proposição em que a resposta também participa na determinação da pergunta. A pureza do questionamento somente poderá ser avaliada ou recordada pela distinção de um esforço hermenêutico”. O questionamento, então deve ser vencido, mas isto não é evidente. Neste ponto o texto será falacioso. Mas, esta falácia é essencial. Pois a tarefa de manter aberta uma questão, de permitir-lhe um espaço para vir-a-ser quando esta “ainda não encontrou a linguagem que decidiu perseguir”, parece “muito pouco – quase nada”, é ainda o trabalho de abrir “uma comunidade de questões” e preservar o espaço onde a ética se fundamenta. = Lembrarmo-nos permanentemente da questão, mantê-la aberta é, portanto, trazê-la à tona “o frágil momento em que a questão ainda não estava totalmente pronta para a hipocrisia de uma resposta que já estava em ação sob a máscara da questão, embora não pronta o bastante para que sua voz tivesse já sido fraudulentamente articulada com a própria sintaxe da questão”. Neste ato também “esconde-se uma dignidade não manchada e o dever de uma decisão. Uma responsabilidade sem máculas” que resta nas bases fundacionais da ética. Assim, pensar a questão é manter aberto o caminho das possibilidades e impedir o encerramento prematuro do momento ético. Na Filosofia esta é a diferença entre a disciplina “como força e aventura da própria questão e filosofia como evento determinado ou ponto de transformação desta aventura”. Se a “filosofia” (e pensamento em geral) – e devemos dizer agora em relação ao Construir, Habitar, Pensar – é viver essa aventura, permanecer vivo afinal, permanecer vivo para, e pela ética, então o poder, a força, o espaço, a sutileza da questão deve ser mantida. Como uma questão. A “liberdade da questão [...] deve ser enunciada e protegida”. Esta é a obra do pensamento.

⁸ No texto original, “such work works”, Dilnot estabelece um jogo de palavras particular da língua inglesa. (NT).

Este argumento revela que a força da obra de Heidegger reside não nas respostas fornecidas – que então o crítico submete ao questionamento – mas na maneira pela qual, em que contexto e como os significados são colocados em questão. Para ter certeza, uma obra, uma obra bem sucedida, aciona o que poderíamos chamar de “visão transcendente e instigadora”. Uma obra, como se diz, “pode estabelecer uma agenda”. Ainda assim é uma ilusão pensar que esta capacidade emana primariamente das “respostas” que fornece. A verdade é que o conceito bem sucedido, longe de enunciar uma “resposta”, mais inteligentemente, ou mais originalmente, ou mais adequadamente nomeia e enuncia um problema. O que é instigador neste conceito-questão é a profundidade da resposta que obtém de nós, daqueles que respondem o seu chamado.

Referências bibliográficas

Do autor:

BARTHES, R. On Racine. New York: Performing Arts Journal, 1983.

DERRIDA, J. Violence and metaphysics: an essay on the thought of Emmanuel Levinas. In: Writing and difference. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

HEIDEGGER, M. Poetry, language, thought. New York: Harper & Row, 1971.

NIETZSCHE, F. The will to power: Vol. 1. New York: Harper & Row, 1979.

Da tradução:

DUQUE, F. En torno al Humanismo: Heidegger, Gadamer, Sloterdijk. Madrid: Tecnos, 2006.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar, 1954. Disponível em: www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. Acesso em 31/10/2009.

HEIDEGGER, M. Ser e tempo. Petrópolis: Vozes, 2008.

SOLTERDJK, P. Esferas 1 (Burbujas). Madrid: Siruela, 2004a.

SOLTERDJK, P. Esferas 2 (Globos). Madrid: Siruela, 2004b.

SOLTERDJK, P. Esferas 3 (Espumas). Madrid: Siruela, 2004c.